



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2016, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios), e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco Bradesco, com transparência e excelência no atendimento, norteadas pelos princípios da Organização Bradesco. Atualmente possui 3.551 grupos de consórcios em andamento, com mais de 1,216 milhão de cotas ativas e 1,001 milhão de bens entregues.

No semestre a Bradesco Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 492.175 mil, correspondente a R\$ 334,81 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 3.228.063 mil, Ativos Totais de R\$ 4.135.313 mil e Receita Bruta de Prestação de Serviços de R\$ 637.137 mil, com crescimento de 7,6% em relação ao semestre findo em 31 de dezembro de 2015.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 27 de julho de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

	30.6.2016	31.12.2015		30.6.2016	31.12.2015
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	4.089.858	3.627.856	CIRCULANTE	897.865	537.072
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 6).....	951.264	890.350	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	897.865	537.072
Aplicações no Mercado Aberto.....	951.264	890.350	Sociais e Estatutárias.....	400.000	7.813
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a).....	170.286	250.288
DERIVATIVOS (Nota 7).....	3.051.066	2.665.328	Diversas (Nota 13b).....	327.579	278.971
Carteira Própria.....	3.051.066	2.665.328			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8).....	87.505	72.137	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	9.385	3.944
Créditos Específicos.....	8.594	7.867	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	9.385	3.944
Diversos.....	78.911	64.270	Sociais e Estatutárias.....	4.675	-
OUTROS VALORES E BENS.....	23	41	Diversas (Nota 13b).....	4.710	3.944
Despesas Antecipadas.....	23	41			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	8.159	7.081	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	3.228.063	3.132.750
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8).....	8.156	7.070	Capital:.....		
Diversos.....	8.156	7.070	- De Domiciliados no País.....	1.470.000	1.300.000
OUTROS VALORES E BENS.....	3	11	Reservas de Lucros.....	1.758.063	1.832.750
Despesas Antecipadas.....	3	11			
PERMANENTE	37.296	38.829			
INVESTIMENTOS (Nota 9).....	1	201			
Outros Investimentos.....	1	201			
Provisões para Perdas.....	(311)	(111)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10).....	286	422			
Outras Imobilizações de Uso.....	3.836	3.886			
Depreciações Acumuladas.....	(3.550)	(3.464)			
INTANGÍVEL (Nota 11).....	37.009	38.206			
Ativos Intangíveis.....	61.135	56.952			
Amortização Acumulada.....	(24.126)	(18.746)			
TOTAL	4.135.313	3.673.766	TOTAL	4.135.313	3.673.766

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Em Reais mil

	1º Semestre 2016	2º Semestre 2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	231.651	208.621
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7c).....	231.651	208.621
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	231.651	208.621
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	510.529	439.986
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15).....	637.137	592.037
Despesas de Pessoal (Nota 16).....	(11.557)	(12.569)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17).....	(19.321)	(27.463)
Despesas Tributárias (Nota 18).....	(83.770)	(77.538)
Outras Receitas Operacionais (Nota 19).....	35.588	30.146
Outras Despesas Operacionais (Nota 20).....	(47.548)	(64.627)
RESULTADO OPERACIONAL	742.180	648.607
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 21)	781	865
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	742.961	649.472
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 25a e b)	(250.786)	(212.766)
Provisão para Imposto de Renda.....	(183.863)	(153.480)
Provisão para Contribuição Social.....	(67.341)	(59.765)
Ativo Fiscal Diferido.....	418	479
LUCRO LÍQUIDO	492.175	436.706
Número de cotas (Nota 14a e b).....	1.470.000,000	1.300.000,000
Lucro por lote de mil cotas em R\$.....	334,81	335,93

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	1º Semestre 2016	2º Semestre 2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	742.961	649.472
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	6.824	5.500
Depreciações e Amortizações.....	5.522	4.988
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	1.102	511
Provisão para Desvalorização de Investimentos.....	200	-
Perda na Venda de Imobilizado.....	-	1
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	749.785	654.972
Aumento em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(60.914)	(58.483)
Aumento em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(385.737)	(513.363)
Aumento em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	(16.011)	(26.900)
Aumento em Outras Obrigações.....	31.582	45.411
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(314.516)	(100.464)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	4.189	1.173
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(7)	(50)
Alienação de Imobilizado de Uso.....	1	1
Aquisição de Intangível.....	(4.183)	(1.127)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(4.189)	(1.176)
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	(3)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	-	3
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	-	-
Redução Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	(3)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital		Reservas de Lucros		Lucros	
	Social	Legal	Estatutária	Acumulados	Totais	Totais
Saldos em 30.6.2015	1.300.000	73.901	1.326.292	-	-	2.700.193
Lucro Líquido.....	-	-	-	436.706	436.706	-
Destinações: - Reservas.....	-	21.835	410.722	(432.557)	-	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(4.149)	(4.149)	-
Saldos em 31.12.2015	1.300.000	95.736	1.737.014	-	-	3.132.750
Aumento de Capital com Reservas.....	170.000	-	(170.000)	-	-	-
Complemento de Dividendos Exercício 2015 (1).....	-	-	(392.187)	-	(392.187)	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	492.175	492.175	-
Destinações: - Reservas.....	-	24.609	462.891	(487.500)	-	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(4.675)	(4.675)	-
Saldos em 30.6.2016	1.470.000	120.345	1.637.718	-	-	3.228.063

(1) Conforme Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 29.4.2016.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS - Em Reais mil

	1º Semestre 2016	2º Semestre 2015
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	5.557.301	5.367.394
Depósitos Bancários.....	-	6
Aplicações Financeiras.....	939.695	898.511
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT).....	4.617.600	4.468.877
(+) RECURSOS COLETADOS	4.862.794	4.641.947
Contribuições para Aquisição de Bens.....	3.782.181	3.599.428
Taxa de Administração.....	541.669	513.373
Contribuições ao Fundo de Reserva.....	111.641	106.223
Rendimentos de Aplicações Financeiras.....	227.445	225.130
Multas e Juros Moratórios.....	15.754	14.863
Prêmios de Seguro.....	91.729	86.245
Custas Judiciais.....	7.427	3.888
Outros.....	84.948	92.797
(-) RECURSOS UTILIZADOS	(4.716.039)	(4.452.040)
Aquisição de Bens.....	(3.654.203)	(3.444.291)
Taxa de Administração.....	(553.578)	(528.154)
Multas e Juros Moratórios.....	(7.878)	(7.403)
Prêmios de Seguro.....	(92.292)	(87.498)
Custas Judiciais.....	(7.358)	(3.894)
Seguros Contratados - Quebra de Garantia.....	(48.671)	(88.314)
Devolução a Consorciados Desligados.....	(230.353)	(230.234)
Outros.....	(112.706)	(62.252)
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO PERÍODO	5.704.056	5.557.301
Depósitos Bancários.....	-	6
Aplicações Financeiras.....	984.663	939.695
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT).....	4.719.393	4.617.600

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...



Bradesco
Consórcios

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - Osasco - SP

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS - Em Reais mil

ATIVO	30.6.2016	31.12.2015
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	12.654.700	12.083.018
Depósitos Bancários	-	6
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - Grupos em Andamento e Formação (Nota 22)	5.704.056	5.557.295
Aplicações Financeiras	984.663	939.695
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	4.719.393	4.617.600
OUTROS CRÉDITOS	6.950.644	6.525.717
Direitos junto a Consorciados Contemplados	6.936.176	6.514.376
Normais	6.734.377	6.353.934
Em Atraso	44.724	39.488
Em Cobrança Judicial	157.075	120.954
Bens Retomados	14.468	11.341
COMPENSAÇÃO	46.288.526	45.357.884
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	511.283	485.083
Contribuições Devidas ao Grupo	24.199.299	23.659.786
Valor dos Bens a Contemplar	21.577.944	21.213.015
TOTAL	58.943.226	57.440.902
PASSIVO		
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	12.654.700	12.083.018
Obrigações com Consorciados	4.840.060	4.583.181
Valores a Repassar	71.732	66.477
Obrigações por Contemplações a Entregar	4.719.395	4.617.601
Recursos a Devolver a Consorciados	2.045.581	1.911.796
Recursos dos Grupos	977.932	903.963
COMPENSAÇÃO	46.288.526	45.357.884
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	511.283	485.083
Obrigações do Grupo por Contribuições	24.199.299	23.659.786
Obrigações por Futuras Contemplações	21.577.944	21.213.015
TOTAL	58.943.226	57.440.902

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Bradesco Consórcios" ou "Instituição"), é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinam à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consorciados próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da própria Sociedade, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral.

Como parte integrante da Organização Bradesco, utiliza-se, de forma compartilhada, da infraestrutura administrativa e tecnológica de seu Controlador ("Banco Bradesco") e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de julho de 2016.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - são aqueles que são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria no período; e

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles que são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria no período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

f) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia).

g) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

h) Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável.

i) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transferem os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade. Depreciado às taxas que levam em consideração a vida útil dos bens representados por: Instalações e Móveis e Equipamentos de Uso 10% a.a.; Sistemas de Processamentos de Dados 20% a.a.; Sistema de Segurança 10% a.a. e ajustado por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

j) Intangíveis

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Administradora de Consórcios ou exercidos com essa finalidade.

• Software

São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a.a.), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante a vida estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

l) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) incorridas.

m) Impostos e contribuições

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% e a provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho com praticidade certa, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade de com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

• Aplicações financeiras

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Circular nº 3.432/09, do BACEN.

Os rendimentos dessas aplicações são incorporados aos fundos comum e de reserva de cada grupo diariamente.

• Outros créditos

Outros créditos referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor dos bens na data do balanço.

continua...


NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
• Passivo circulante
I. Obrigações com consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens. O fundo comum, a taxa de administração e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamentos estabelecidos de acordo com o prazo de duração dos grupos.

II. Valores a repassar

Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados à Administradora referentes à taxa de administração, multas e juros e à Seguradora os prêmios de seguros.

III. Obrigações por contemplações a entregar

Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do balanço.

IV. Recursos a devolver a consorciados

Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

V. Recursos dos grupos

Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança.

• Contas de compensação
I. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

II. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

III. Valor dos bens a contemplar e obrigações por futuras contemplações

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Instituição não apresentava saldo em disponibilidade e outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2016 o valor correspondente a R\$ 951.264 mil (31 de dezembro de 2015 - R\$ 890.350 mil), refere-se a operações compromissadas lastreadas em debêntures, com vencimento em 22.7.2016 e a taxa de juros de 101,75% do CDI.

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	R\$ mil	
	30.6.2016	31.12.2015
Carteira própria		
- Letras financeiras	957.634	895.240
- Cotas de fundos de investimentos.....	2.093.432	1.770.088
Total	3.051.066	2.665.328

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)		Marcação a mercado/contábil (2)
					30.6.2016	31.12.2015	
Títulos para negociação (3)							
Letras financeiras do tesouro.....	27.284	572	-	1.450.492	1.478.348	1.478.348	- 843.919
Certificados de depósito bancário.....	20.793	26.702	-	-	47.495	47.495	- 46.452
Debêntures.....	-	-	612	43.092	43.704	43.704	- 53.190
Letras do tesouro nacional.....	-	-	-	8.023	8.023	8.023	- 11.473
Notas do tesouro nacional.....	245.926	367	-	551	246.844	246.844	- 490.091
Letras financeiras.....	66.816	967.886	60.009	130.410	1.225.121	1.226.000	(879) 1.218.163
Outras.....	1.531	-	-	-	1.531	1.531	- 2.040
Total em 2016.....	362.350	995.527	60.621	1.632.568	3.051.066	3.051.945	(879)
Total em 2015.....		515.354	94.457	997.560	1.057.957		2.665.328

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do período a Bradesco Consórcios possuía R\$ 2.093.432 mil (31 de dezembro de 2015 - R\$ 1.770.088 mil), aplicados em fundos administrados pela Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira dos fundos investidos é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

	R\$ mil	
	1º sem. 2016	2º sem. 2015
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	60.914	58.483
Subtotal	60.914	58.483
Rendas de títulos de renda fixa.....	62.393	60.617
Rendas de aplicações em fundos de investimentos.....	108.344	89.521
Total	231.651	208.621

8) OUTROS CRÉDITOS - ESPECÍFICOS E DIVERSOS

	R\$ mil	
	30.6.2016	31.12.2015
Pagamentos a ressarcir (1)	58.731	40.113
Impostos e contribuições a compensar	17.610	22.159
Valores pendentes - cobrança judicial (2)	7.807	7.251
Devedores por depósitos em garantia.....	7.718	6.641
Créditos tributários (Nota 25c).....	2.682	2.264
Bens retornados após encerramento	787	616
Outros adiantamentos	326	163
Total	95.661	79.207

(1) Referem-se basicamente a custas pagas ao escritório de cobrança; e

(2) Referem-se basicamente a custas judiciais de processos de cobrança a serem ressarcidos pelos respectivos consorciados.

9) INVESTIMENTOS

	R\$ mil	
	30.6.2016	31.12.2015
- Certificados de investimentos - CI.....	12	12
- Investimentos audiovisuais.....	300	300
Subtotal	312	312
- Provisões para incentivos fiscais.....	(311)	(111)
Total geral dos investimentos.....	1	201

10) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	R\$ mil		
			Custo líquido de depreciação		
			Depreciação	30.6.2016	31.12.2015
Imóveis de uso:					
Instalações, móveis e equipamentos de uso.....	10%	2.395	(2.196)	199	311
Sistemas de segurança.....	10%	18	(15)	3	3
Sistemas de processamento de dados	20%	1.423	(1.339)	84	108
Total em 2016		3.836	(3.550)	286	
Total em 2015		3.886	(3.464)		422

11) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por *software*.

	Taxa anual	Custo	R\$ mil		
			Custo líquido de amortização		
			Amortização	30.6.2016	31.12.2015
<i>Software</i>	20%	61.135	(24.126)	37.009	38.206
Total em 2016		61.135	(24.126)	37.009	
Total em 2015		56.952	(18.746)		38.206

12) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	190	2.986	37
Atualização monetária.....	11	179	2
Constituições líquidas de reversões.....	27	1.266	-
Pagamentos.....	-	(394)	-
Saldo em 30 de junho de 2016 (Nota 13a e b).....	228	4.037	39

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Consórcios são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

continuação...


NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de montante relevante.

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e previdenciárias

	R\$ mil	
	30.6.2016	31.12.2015
Provisões para impostos e contribuições sobre lucros.....	154.600	236.144
Impostos e contribuições a recolher.....	15.647	14.107
Provisões para riscos - fiscais (Nota 12b).....	39	37
Total	170.286	250.288

b) Diversas

	R\$ mil	
	30.6.2016	31.12.2015
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados.....	302.294	251.877
Recursos pendentes cobrança judicial.....	8.595	7.867
Processos judiciais em andamento (1).....	5.165	5.774
Provisões despesas administrativas.....	5.087	8.075
Provisões para riscos - cíveis (Nota 12b).....	4.037	2.986
Recursos pendentes de identificação.....	3.259	2.521
Provisões despesas de pessoal.....	2.619	2.661
Provisão para pagamento a efetuar.....	1.005	964
Provisões para riscos - trabalhistas (Nota 12b).....	228	190
Total	332.289	282.915

(1) Referem-se a processos judiciais de clientes inadimplentes.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 1.470.000 mil (31.12.2015 - R\$ 1.300.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 1.470.000.000 (31.12.2015 - 1.300.000.000) cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2015	1.300.000.000	1.300.000
Aumento de capital (1).....	170.000.000	170.000
Em 30 de junho de 2016	1.470.000.000	1.470.000

(1) Em 29 de abril de 2016 o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Companhia, deliberou o aumento do capital social em R\$ 170.000 mil, elevando-o de R\$ 1.300.000 mil para R\$ 1.470.000 mil, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", no montante de R\$ 170.000 mil, com a criação de 170.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, atribuídas ao Sócio-Cotista Banco Bradesco S.A. com a concordância do Sócio-Cotista Banco Alvorada S.A. Processo homologado pelo BACEN em 31 de maio de 2016.

c) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	30.6.2016	31.12.2015
Reservas de lucros	1.758.063	1.832.750
Reserva legal (1).....	120.345	95.736
Reserva estatutária (2).....	1.637.718	1.737.014

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado, o enquadramento é verificado na Assembleia Geral de aprovação das demonstrações contábeis.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Conforme Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 29.4.2016, no semestre findo em 30.6.2016, houve complemento de dividendos de exercício anterior no montante de R\$ 392.187 mil. Demonstrativo dos dividendos relativos aos semestres findos em:

	R\$ mil	
	30.6.2016	31.12.2015
Lucro líquido.....	492.175	436.706
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(24.609)	(21.835)
Base de cálculo	467.566	414.870
Dividendos propostos.....	4.675	4.149
Percentual em relação à base de cálculo	1,0%	1,0%
Valor em reais por lote de mil cotas.....	3,18	3,19

15) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil	
	1º sem. 2016	2º sem. 2015
Taxa de administração de grupos de consórcios.....	568.079	541.965
Taxa de permanência (1).....	69.058	50.072
Total	637.137	592.037

(1) Refere-se à taxa cobrada dos consorciados de grupos encerrados.

16) DESPESA DE PESSOAL

	R\$ mil	
	1º sem. 2016	2º sem. 2015
Proventos.....	4.853	5.439
Benefícios.....	2.980	3.075
Encargos sociais.....	2.405	3.100
Participação dos empregados nos lucros.....	1.232	764
Outras.....	87	191
Total	11.557	12.569

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil	
	1º sem. 2016	2º sem. 2015
Depreciações e amortizações.....	5.522	4.988
Comunicações.....	5.016	4.452
Serviços técnicos especializados.....	3.145	3.336
Processamentos de dados.....	1.920	2.286
Propaganda, promoções e publicidade.....	1.355	3.472
Viagens.....	633	796
Transportes.....	436	597
Material.....	308	673
Aluguéis.....	229	234
Manutenção e conservação de bens.....	154	94
Contribuições filantrópicas.....	100	6.066
Outras.....	503	469
Total	19.321	27.463

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil	
	1º sem. 2016	2º sem. 2015
Contribuição à COFINS.....	59.910	55.173
Impostos sobre serviços - ISS.....	11.361	10.839
Contribuição ao PIS.....	12.499	11.523
Outros.....	-	3
Total	83.770	77.538

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	1º sem. 2016	2º sem. 2015
Recuperação de despesas - taxas (1).....	34.408	29.380
Reversão de provisão.....	847	535
Outras.....	333	231
Total	35.588	30.146

(1) Referem-se a taxas de vitórias, gravames, Detran, avaliação de imóveis, transferências, cessões e substituições.

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	1º sem. 2016	2º sem. 2015
Comissões sobre vendas.....	23.370	36.166
Taxas de transferências e alienação de bens - Detran.....	6.898	4.707
Despesas financeiras (1).....	3.927	-
Gravames.....	3.403	3.898
Patrocínio.....	2.991	8.362
Vistoria.....	1.626	1.449
Provisões cíveis.....	1.445	310
Taxa de avaliação.....	1.236	1.020
Perdas por fraude.....	268	1.709
Ações de reconhecimento (2).....	172	3.621
Outras.....	2.212	3.385
Total	47.548	64.627

(1) Referem-se a atualização da taxa Selic sobre o Imposto de Renda e Contribuição Social pagos em março de 2016; e

(2) Referem-se a premiações pagas por metas de cotas vendidas.

21) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil	
	1º sem. 2016	2º sem. 2015
Descontos obtidos.....	979	867
Outras.....	2	-
Prejuízo na transação de valores e bens.....	(200)	(2)
Total	781	865

22) APLICAÇÕES FINANCEIRAS - GRUPOS

As aplicações financeiras dos grupos de consórcio (em andamento e em formação) no valor de R\$ 5.704.056 mil (31 de dezembro de 2015 - R\$ 5.557.295 mil) estão compostas de cotas de fundos referenciadas DI.

A taxa de administração paga pelos grupos ao administrador de carteiras de fundos de investimentos - Banco Bradesco S.A., no 1º semestre de 2016 foi de R\$ 73.889 mil (2º semestre de 2015 - R\$ 72.594 mil).

23) RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em quantidades:

	30.6.2016	31.12.2015
Grupos em andamento.....	3.551	3.590
Grupos encerrados.....	2.404	2.113
Bens entregues nos semestres.....	91.739	87.384
Bens entregues totais.....	1.001.527	910.041
Consortiados ativos.....	1.216.192	1.194.015
Desistentes e cancelados nos semestres.....	119.466	98.390
Consórcios contemplados (1).....	657.217	625.628
Bens pendentes de entrega.....	51.075	69.256
Taxa média de inadimplência (2).....	3,99%	3,95%

(1) Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foram considerados somente consorciados de grupos em andamento; e

(2) Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 o % de inadimplência refere-se a consorciados contemplados, com uma ou mais parcelas em aberto na data-base.

24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	R\$ mil			
	30.6.2016	31.12.2015	1º sem. 2016	2º sem. 2015
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	951.264	890.350	60.914	58.483
Títulos e valores mobiliários:				
Banco Bradesco S.A.	957.634	895.240	62.393	60.617
Dividendos:				
Banco Bradesco S.A.	(404.675)	(7.813)	-	-
Aluguéis:				
Banco Bradesco S.A.	-	-	(229)	(234)

continua...



Bradesco
Consórcios

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócio Cotistas são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2016, foi determinado o valor máximo de R\$ 2.300 mil (2015 - R\$ 1.500 mil) para remuneração dos administradores e de R\$ 1.300 mil (2015 - R\$ 1.500 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a Administradores

	R\$ mil	
	1º sem. 2016	2º sem. 2015
Proventos.....	783	1.075
Contribuição ao INSS.....	157	215
Total.....	940	1.290

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil	
	1º sem. 2016	2º sem. 2015
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	554	717
Total.....	554	717

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Desta forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

25) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ADMINISTRADORA

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	1º sem. 2016	2º sem. 2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	742.961	649.472
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(252.607)	(220.821)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(1.373)	(4.517)
Outros valores.....	3.194	12.572
Imposto de renda e contribuição social do período.....	(250.786)	(212.766)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	1º sem. 2016	2º sem. 2015
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(251.204)	(213.245)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no período, sobre adições temporárias.....	418	479
Imposto de renda e contribuição social do período.....	(250.786)	(212.766)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			Saldo em 30.6.2016
	Saldo em 31.12.2015	Constituição	Realização	
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas.....	77	14	-	91
Provisão para contingências cíveis.....	1.015	473	115	1.373
Provisão para perda de investimento.....	41	68	-	109
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação.....	-	299	-	299
Outros (1).....	1.131	369	690	810
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 8).....	2.264	1.223	805	2.682

(1) Refere-se essencialmente a provisão de marketing, pagamentos a efetuar e bonificações de dirigentes.

d) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2016 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2016.....	319	115	434
2017.....	577	208	785
2018.....	765	275	1.040
2019.....	288	104	392
2020.....	23	8	31
Total.....	1.972	710	2.682

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 2.544 mil (31 de dezembro de 2015 - R\$ 2.179 mil).

Todos os créditos tributários da Bradesco Consórcios foram devidamente ativados.

26) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Os consorciados mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto ao Grupo Bradesco Seguros e Previdência, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se demonstrados em Prêmios de seguros e Seguros contratados - quebra de garantia.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2016.

DIRETORIA

Diretor-Presidente	Diretores Vice-Presidentes	Diretor Superintendente	Diretor
Luiz Carlos Trabuco Cappi	Domingos Figueiredo de Abreu Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente Alexandre da Silva Glüher	Josué Augusto Pancini Maurício Machado de Minas Marcelo de Araújo Noronha	Octavio de Lazzari Júnior Maurício Gomes Maciel

Cláudia Teixeira de Souza - Contadora - CRC 1SP177829/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e aos Administradores da

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2016 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor,

incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2016 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Osasco, 26 de agosto de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3